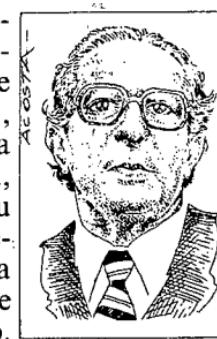


Com Brasil

"Ordem e Projetos"

NEWTON RODRIGUES



Desde que cessou minha presença naquele outro jornal, muita coisa ocorreu. Nada, porém, alterou o quadro de deterioração da sociedade e de crise do Estado.

Ao contrário, agravaram-se os fatores de morbidez. O hoje está pior que o ontem e o amanhã ameaça piorar o hoje. A contundente realidade é que, de lavada, a guerra social tornou-se aberta. Alguma dúvida? Olhe-se, então, o crescimento da violência na cidade e no campo, com o assassinato sistemático de menores abandonados e de trabalhadores rurais, as invasões urbanas num quadro de afavelamento e, em contrapartida, a proliferação de guetos de luxo, condomínios fechados ou bunkers protegidos por paliçadas de ferro, aliás, pouco eficazes em face do alastramento da criminalidade. O desemprego aumentou. A carestia cresceu. A esperança minguou.

O fundista Fernando Collor, que anda lançando repto para corridas dominicais, deveria reiniciar um esporte que abandonou muito cedo e percorrer devagar supermercados ou feiras livres, de preferência no fim, quando os mais pobres da terra procuram xepas e catam restolhos no chão. Sobram planos, em um grande plano inclinado. Da mesma forma que há dicionários de siglas, deveria se fazer um sobre a enormidade de cartapácos que se acumulam desde a era getuliana. E valeria escrever na Bandeira o distíco "Ordem e Projetos", pois deles temos vivido, aliás, sofrido. Em um ano, passamos do PC 1 para o PC 2, "Projetão" que, como os antecessores, traz o vírus do economês. É como se o problema nacional fosse um caso de gerenciamento, consagrando antigo refrão de Ademar de Barros, a confirmar que os vivos são cada vez mais governados pelos mortos, ou pelos mais vivos. Se Sarney Costa oficiou a inação, Fernando Collor executa imperialmente a balbúrdia administrativa e a violência política, sob o manto de uma falsa legalidade. Enquanto a administração está engessada e setores inteiros permanecem em catatonía, rompe-se o texto constitucional e a norma democrática que é sua razão de ser.

As medidas provisórias, ferramentas de poder pessoal contrabandeadas na Constituição de 1988, em contexto absolutamente diverso do modelo italiano de origem, ainda mais violentamente que no período anterior foram

transformadas em algemas e aguilhão. Nem se argumente que, desde algumas semanas, o presidente da República está com sua editora parada. Trata-se de mero recurso tático, em busca da complacência do Congresso, que examina a regulamentação do artigo 62, que reintroduziu o decreto-lei com outro nome e maior amplitude. Enquanto isso, a equipe econômico-financeira continua a agir discricionariamente, determinando até mesmo alteração de contratos do Sistema Financeiro de Habitação, arbitrariedade já denunciada pelo procurador-geral da República. Dona Zélia e seu bloco não fazem, aliás, segredo: se a Constituição atrapalha seus planos, mude-se a Constituição.

Diga-se que não estão nisso sozinhos, pois a lei básica de 5 de outubro está sendo estraçalhada, antes mesmo de entrar em completo vigor. Nem é preciso falar da fieira de leis complementares ou ordinárias que permanecem no limbo, embora muitas delas com prazo de feitura determinado pelo próprio texto fundamental. Diferentemente do que ocorre no jogo do bicho, nem sempre vale o escrito. Nem os tribunais o respeitam. O TSE, por exemplo, antecedeu o pleito do ano passado contra a letra constitucional expressa, e assim foi feito. O Supremo, instado a decidir questões óbvias como a da bancada paulista, devolveu o assunto ao Congresso, da mesma forma que se negou a definir o que são juros reais, bloqueando assim a vigência de importante dispositivo. Enquanto isso, a Mesa da Câmara deu curso a proposta de emenda constitucional introdutória da pena de morte, matéria vedada taxativamente como objeto de deliberação pelos artigos 5º e 60 da Constituição em vigor. Quer-se, agora, antecipar um plebiscito que só se poderá realizar legalmente após 5 de outubro de 1993. E assim vai tudo.

O problema fundamental do País continua a ser o da estrutura antidemocrática do Estado, dirigido por minorias pouco ou nada representativas, em função do próprio mecanismo de formação do poder, que principia na desigualdade do voto, prossegue no deformado sistema que nos levou ao golpe de 1964 e se agrava com a fraude, as alianças proporcionalistas, as suplências e a incrível extensão dos mandatos. Ou se obtém uma ruptura democrática dirigida e acelerada, ou a crise social e o descompasso entre a sociedade e o poder levarão a outra síntese em médio ou curto prazo. Não adianta cantar "projetinho, projetão, olha pro céu, olha pro chão".

□ Newton Rodrigues é jornalista